

## **5. PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DO PROJETO MILAGRE APRENDER + :**

Submete-se à consideração do executivo Municipal, a fim de que, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1, do art.º 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, proposta relativa a um apoio financeiro no montante de € 11.994,49, ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para implementação do "Programa de Avaliação" ao projeto Milagre Aprender + nos dois agrupamentos de escolas do concelho – AE Alberto Sampaio e AE Dr. Francisco Sanches, proposta que se anexa.



**BRAGA**  
Município

*A 26 de Maio  
2020*  
*[Signature]*

CABINETE VEREADORA LIDIA DIAS

**I/65557/2020**

## **PROPOSTA AO EXECUTIVO MUNICIPAL**

**Assunto:** Programa de Avaliação Independente do Projeto Milage Aprender +

### **I. Exposição e Motivos**

1. O Município de Braga promove, desde 2019/2020, a implementação do projeto Milage Aprender + em dois agrupamentos de escolas do concelho – AE Alberto Sampaio e AE Dr. Francisco Sanches;
2. Os agrupamentos de escolas informaram o Município do seu interesse em continuar a utilizar a plataforma, referindo especialmente o seu elevado interesse para um ensino alternativo;
3. É assim de manifesta importância a existência de uma avaliação externa que valide as opiniões dos professores, considerando-se que a mesma constitui uma mais valia para o desenvolvimento das atividades educativas nas escolas do concelho, sendo, por isso, a existência de um programa de avaliação uma exigência de interesse público;
4. O Instituto Superior da Universidade do Algarve encontra-se a desenvolver, em parceria com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa um processo de avaliação da plataforma Milage Aprender +;
5. Sem prejuízo do acompanhamento por parte dos órgãos e serviços do Município de Braga, este Programa de Avaliação nos dois agrupamentos de escolas do concelho pode ser implementado pelo Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, como entidade independente, mediante a concessão de apoio financeiro para o efeito.

### **II. Enquadramento Jurídico e Financeiro da Pretensão**

6. O Instituto de Educação da Universidade de Lisboa trata-se de uma entidade com um objeto que promove e salvaguarda um interesse eminentemente público;
7. Cabe aos municípios assegurar a prossecução das atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional que lhe são cometidas nos termos do

- disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea d) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais;
8. O executivo pode deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nos termos do disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea o) do já referido Regime Jurídico das Autarquias Locais;
  9. De acordo com o previsto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei n.º 75/2013, o Município pode ainda *“apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município”*;
  10. Nos termos legais, a atribuição de apoio ou subsídios deve ser efetuada com base num pedido de apoio e sempre com deliberação do órgão competente, consignando-se expressamente as verbas disponíveis aos fins específicos;
  11. Para a tomada das decisões deve ser assegurado que o apoio concedido gera uma *“mais-valia”* vocacionada para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projeto ou atividades que prossigam o interesse municipal manifestado nas suas atribuições, atendendo ainda aos princípios gerais da atividade administrativa designadamente, os princípios da legalidade, igualdade, imparcialidade e transparência, o que inequivocamente se verifica na situação vertente;
  12. Não existe atualmente qualquer regulamento municipal para atribuição de apoios ou subsídios, aplicável à situação apresentada;
  13. O apoio a conceder não consubstancia um subsídio ao investimento ou em suplemento a participações de capital;

### **III. Proposta**

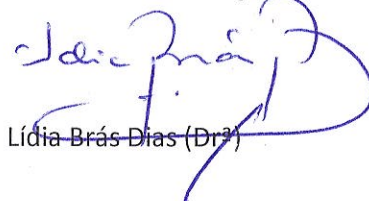
Nestes termos e no cumprimento das disposições legais supra referidas, segundo as quais são da competência dos municípios prosseguir atribuições nos domínios da educação, ensino e formação profissional, proponho ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que remeta ao Executivo Municipal, para deliberação, a presente proposta a fim de que, nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da referida Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais seja concedido um apoio financeiro no montante de €11.994,49 (onze mil, novecentos e noventa e quatro euros e quarenta e nove

cêntimos) ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para implementação do “Programa de Avaliação” ao projeto Milage Aprender + nos dois agrupamentos de escolas do concelho acima mencionados.

Mais se propõe o acompanhamento da implementação do referido programa de avaliação por parte do Município, designando-se Maria de Fátima Dias Gonçalves Ferreira, assistente técnica, para esse efeito,

Município de Braga, \_\_\_\_ de junho de 2021

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias (Dr.ª)

---

**DMG – DF -Divisão de Contabilidade:**

A despesa, no valor de € 11.994,49, tem enquadramento orçamental em (ano) 2021 na Orgânica 03 Rúbrica Económica 040701 Projeto/Ação 2017/12-7



Face ao exposto, coloca-se à consideração superior a realização do estudo, permitindo assim obter informação de suporte ao projeto e recursos pedagógicos envolvidos para reforçar e complementar a atividade educativa e o desenvolvimento qualitativo do sistema educativo nas escolas do Município de Braga.

Caso seja deferida a realização do mesmo, será necessário submeter a Executivo Municipal a aprovação do mesmo, pelo que se anexa à presente informação esboço de proposta e de protocolo de colaboração com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

À consideração superior,

**PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INDEPENDENTE DO PROJETO  
MILAGE APRENDER+: PROPOSTA DE ORÇAMENTO**

No âmbito do projeto MILAGE APRENDER+, desenvolvido pela Universidade do Algarve com o propósito de alargar o ambiente tradicional de aprendizagem em sala de aula combinando-o com aulas online suportadas pela plataforma de aprendizagem criada, propomos a realização de um programa de avaliação independente deste projeto. O objetivo do programa de avaliação proposto é realizar um estudo sobre a utilização regular e planeada da plataforma MILAGE APRENDER+, para obter informação descritiva e compreensiva sobre a sua adequação e como permite atender aos objetivos estabelecidos pelo projeto, e as suas potencialidades pedagógicas. E também contribuir para a sua consolidação, possibilitando obter informação sobre a plataforma digital de suporte ao projeto e recursos pedagógicos envolvidos para reforçar e complementar a atividade educativa e o desenvolvimento qualitativo do sistema educativo.

Este programa de avaliação será realizado no ano letivo 2021-2022, nos Agrupamentos de Escolas - Francisco Sanches e Alberto Sampaio, do concelho de Braga, por uma equipa constituída por 3 docentes e uma investigadora do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, das áreas da Matemática (coordenadora), das Tecnologias Educativas e da Psicologia da Educação, apoiada por um bolseiro. O trabalho que a equipa se compromete a realizar no programa de avaliação, envolve:

- Recolha de dados, no decorrer do ano letivo, através do acompanhamento presencial e a distância da utilização da plataforma MILAGE APRENDER+ em atividades letivas e possíveis ações de formação desenvolvidas pelo projeto, envolvendo professores de Matemática e respetivos alunos nos referidos Agrupamentos de Escolas (AE).
- Avaliação das práticas desenvolvidas nos AE com a aplicação MILAGE APRENDER+ com base na análise de dados recolhidos, realizada em três fases:  
*1ª fase:* Elaboração de um Plano metodológico, até 3 de setembro 2021, que inclui um cronograma de recolha de dados e a caracterização dos objetos de avaliação no início

do período de utilização da plataforma nos AE, pelo menos um mês após a aprovação do contrato do projeto;

2ª fase: Acompanhamento e caracterização das práticas letivas para avaliar o progresso realizado ao longo de períodos de utilização da plataforma nos AE;

3ª fase: Balanço final do trabalho realizado nos AE, ao longo de períodos de utilização da plataforma durante o ano letivo.

- Elaboração de dois relatórios: um relatório intercalar, elaborado até 10 de dezembro 2021, reportando o progresso correspondente à fase 2; e um relatório final, elaborado até 30 de março 2022, para reportar os resultados finais da avaliação.
- Atividades de disseminação de resultados das atividades realizadas no âmbito deste projeto.

A concretização deste programa de avaliação requer um suporte financeiro, cuja proposta orçamental corresponde a um valor total de **9751,621 €** (acrescido de IVA, 23%), e cujo pagamento se perspetiva ser efetuado pela CM de Braga ao Instituto de Educação, dividido percentualmente em 30%, 30%, e 40%, e associado à entrega dos produtos referentes à execução do trabalho de avaliação contratado, nomeadamente o Plano metodológico e os dois Relatórios.

Lisboa, 4 de maio de 2021